

DESENHO

PANTEÃO, UM OLHAR

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS 4 DE OUTUBRO, LOURES

CLUBE DE LÍNGUAS





FICHA TÉCNICA

Coordenação: Santiago Macias e Carolina Galtarossa
Autores dos desenhos: Alice Almeida | Ana Clara Silva
| Carolina Figueiredo | Danielle Silva | Diana Brás | Inês
Filipe | Luís Oliveira | Marta Victor | Matilde Riscado |
Paloma Flor | Rodrigo Machado | Rodrigo Dias | Samuel
Oliveira | Sara Cardoso
Textos: Santiago Macias
Coordenação (Agrupamento de Escolas 4 de outubro,
Loures -
Clube de Línguas) e texto: Maria João Coelho e
Professora Rute Santos
Design gráfico: Miguel Brás (Gab. de Comunicação da
Museus e Monumentos de Portugal E.P.E.
Edição: Museus e Monumentos de Portugal / Panteão
Nacional, Lisboa, 2025
Tiragem: 150 exemplares

PANTEÃO, TEMPO E MEMÓRIA

“Panteão, um olhar” foi uma exposição de trabalhos realizados pelos alunos do 12º ano do Curso de Artes Visuais do Agrupamento de Escolas 4 de Outubro, de Loures.

Entre junho e setembro de 2024 puderam ser vistos, na nave central do Panteão Nacional, 19 desenhos de 14 muito jovens autores. A exposição teve aspetos formais de assinalável originalidade, como a montagem dos desenhos em pequenas estruturas em cartão, o que lhes deu uma inesperada tridimensionalidade. A cúpula do monumento é o elemento predominante, estando representada numa dúzia de desenhos. Surgem também outras representações gráficas, num conjunto de grande equilíbrio e qualidade.

Quando a exposição terminou, entendemos que deveria ser preparado um pequeno catálogo que a perpetuasse no tempo. Optámos pela escolha de 19 datas, simbólicas para a história do Panteão Nacional. Fizemos acompanhar cada data, e cada desenho, com um pequeno texto explicativo.

Os trabalhos da exposição foram construídos com total liberdade. O barroquismo do monumento refletiu-se no resultado final. Curvas, balaustradas, pináculos, frontões, nada escapou ao olhar dos jovens artistas de Loures. Faço votos para que esta primeira aproximação a um sítio com a forte carga simbólica que o Panteão tem sirva de rampa de lançamento para novas abordagens ao Património.

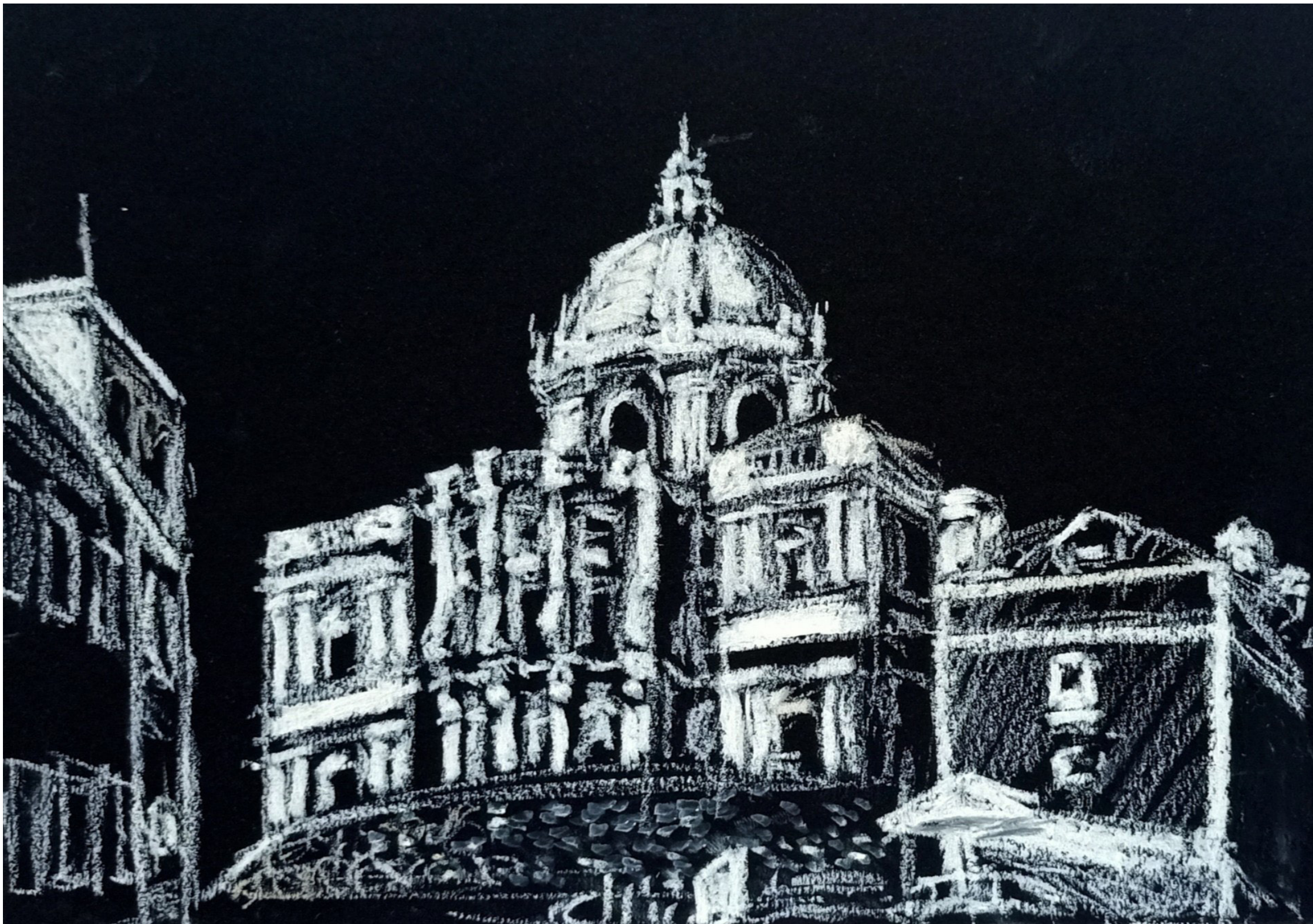
Santiago Macias
Diretor do Panteão Nacional



Alice Almeida

1521 | Nascimento da Infanta D. Maria

Nasceu em Lisboa no dia 18 de junho de 1521 e faleceu na mesma cidade em 10 de outubro de 1577. Foi uma verdadeira mecenas no seu tempo. Patrocinou a construção da Igreja de Nossa Senhora da Luz, em Carnide. A obra foi iniciada pouco antes da sua morte, tendo como arquitetos Jerónimo de Ruão, Baltasar Álvares e Pedro Nunes Tinoco. A infanta D. Maria foi uma das mulheres mais ricas do seu tempo, com um dote que rondaria um milhão de cruzados. O seu interesse pelas artes está bem patente em duas representações suas, encomendadas a artistas que trabalhavam, nessa época, para as mais importantes cortes europeias. O desenho feito por Antoine Tournon está hoje no Museu Condé, em França, ao passo que o retrato que dela fez o célebre pintor holandês Anthonis Mor van Dashorst está hoje no Monasterio de las Descalzas Reales, em Madrid.



Ana Clara Silva

1570 | Início da edificação da igreja de Santa Engrácia

A infanta D. Maria teve, na sua ação mecénática, a intenção de promover a construção de uma igreja de Santa Engrácia no local onde hoje se encontra o Panteão Nacional. O templo destinava-se a abrigar as relíquias da mártir cristã, morta em Saragoça no início do século IV. A honra dada ao local deu origem a uma nova freguesia, com o nome da santa, criada em 1568 a partir da paróquia de Santo Estêvão de Alfama, por breve do Papa Pio V.

Temos poucos dados sobre essa primitiva igreja. Há poucas certezas sobre o autor do projeto inicial. Tal como não temos uma data precisa para o começo das obras. Não chegaram até nós os desenhos traçados pelos arquitetos quinhentistas. Os pintores da época também não nos deixaram qualquer representação da igreja de Santa Engrácia. O templo começou sob o signo da incerteza.

Carolina Figueiredo

1606 | Nicolau de Frias
O atual Campo de Santa Clara era, no final do século XVI, um vasto terreiro ainda pouco urbanizado, situado no arrabalde oriental de Lisboa. A igreja em construção deveria, portanto, ser bem visível. O nome de Jerónimo de Ruão (1530-1601), contratado pela infanta para a igreja de Carnide, tem sido apontado como possível autor da igreja de Santa Engrácia. Com o seu falecimento, em 1601, toma conta da obra Nicolau de Frias (? - 1610), conforme o atesta um documento de 1606. Com o falecimento de Nicolau de Frias, será o seu filho, Teodósio de Frias (1555-1634) a dar continuidade à obra. Um documento da época descreve a igreja como um edifício de planta longitudinal com três naves, cobertas de abóbada e telhado mourisco de duas águas. Tinha torre sineira, com quatro arcos fechados e três portais na fachada principal.





Carolina Figueiredo

1630 | O desacato


Em 1630 a obra ainda não estava terminada. Em janeiro desse ano, o templo foi profanado, tendo sido quebradas as mãos da imagem de São Frutuoso e roubadas as hóstias consagradas, guardadas no sacrário da capela-mor. Foi acusado do crime o cristão-novo Simão Pires Sólis, jovem comerciante da cidade. O desacato espoletou revoltas contra os cristãos-novos, tanto em Lisboa como noutros pontos do País. Os textos conservados em arquivo falam num “tremendo e diabólico sacrilégio”. Simão Sólis, contudo, nunca confessou o crime, mas acabou sendo condenado à morte.

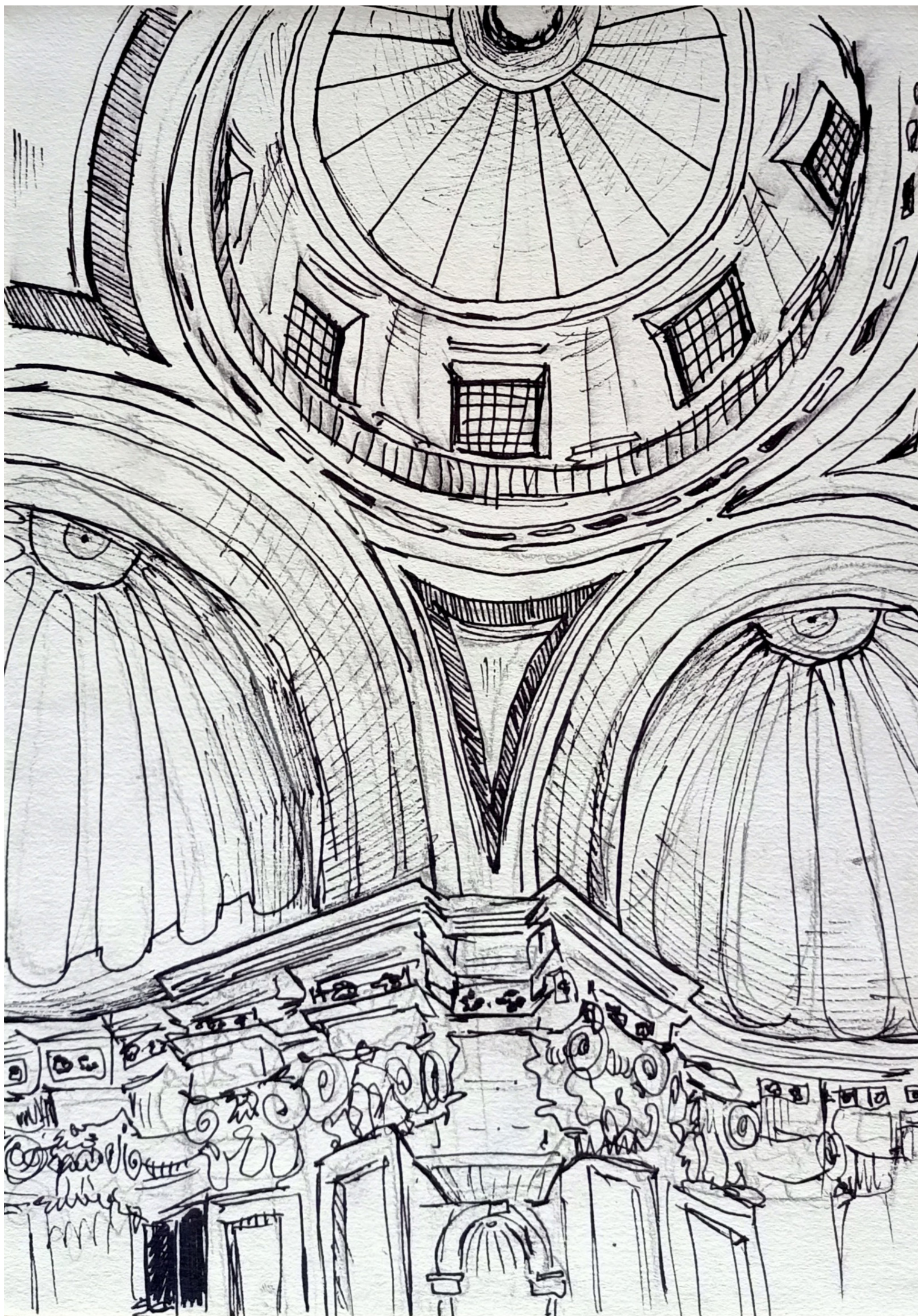
A condenação determinava que fosse arrastado até ao local da execução. Aí, lhe foram “decepadas as mãos e queimadas à sua vista”, sendo depois, ele mesmo “queimado vivo”. A caminho do cadafalso, Simão Sólis terá dito: “Tão certo é eu estar inocente como as obras de Santa Engrácia nunca mais serão terminadas”. Estava lançada a maldição.



Carolina Figueiredo

1632 | Desagravo, obras e ruína

A seguir aos atos de vandalismo foi criada a Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento de Santa Engrácia. Era necessário reparar o mal feito e promover sermões e festejos de desagravo, tal como era imperioso concluir as obras do templo. Os trabalhos arrancaram em dezembro de 1632, sob a direção de Mateus do Couto, o Velho (? - 1676). Não se conhecem pormenores desta empreitada, prosseguida por Mateus do Couto, Sobrinho (c. 1630 - 1696). Não foi por falta de meios que a obra tardou em ser terminada. Como “igreja dos nobres” (Paulo Varela Gomes o ) se), Santa Engrácia teve o apoio de D. Luísa de Gusmão, de d. Afonso VI e de D. Pedro II. Tudo terminou em fevereiro de 1681 quando, numa “noite de muita tormenta”, ruiu a capela-mor, que ainda não estava terminada, desabando também parte dos muros da nave. Consumava-se a “maldição”, numa sina que iria perdurar.



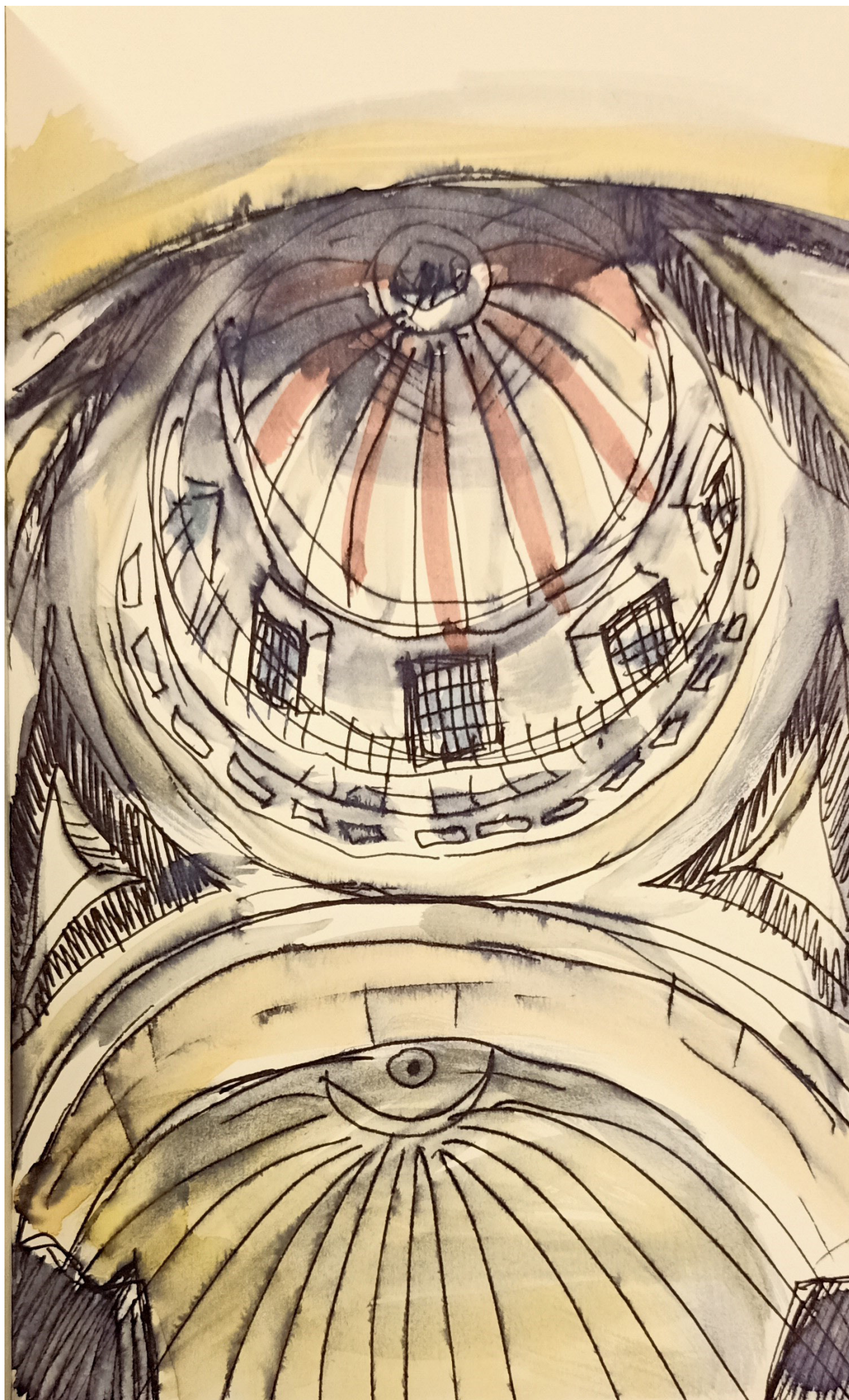
Carolina Figueiredo

1682 | Uma nova igreja de Santa Engrácia

A impossibilidade de se recuperar o que restara levou uma equipa técnica a propor a construção de uma nova igreja, feita de raiz. O projeto, entregue a João Antunes (1643-1712), avançou tão rapidamente que a primeira pedra foi colocada no dia 31 de agosto de 1682.

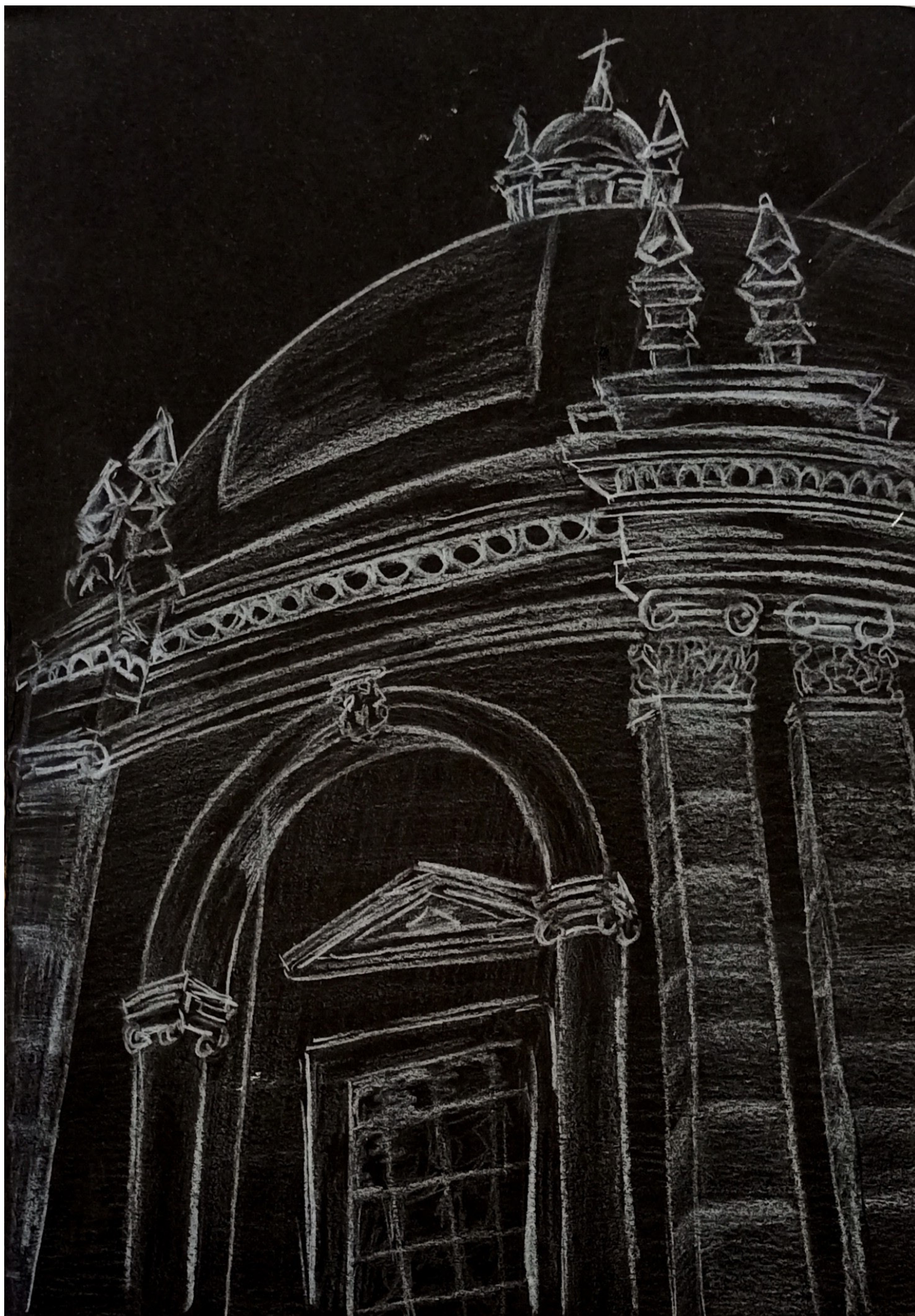
O desenho da nova igreja não se enquadrava no que era habitual ser visto em território nacional. A planta centralizada, em cruz grega, com torreões nos ângulos, era uma solução arquitetónica pouco comum. Não chegaram até nós os desenhos traçados por João Antunes.

Tão depressa como tinha começado, a obra começou a sofrer atrasos importantes. Em 1685 havia demoras nos pagamentos, o que fez com que mestres construtores abandonassem a construção. Quando João Antunes morreu, em 1712, faltava a cobertura da zona central, estando também por terminar parte do interior.



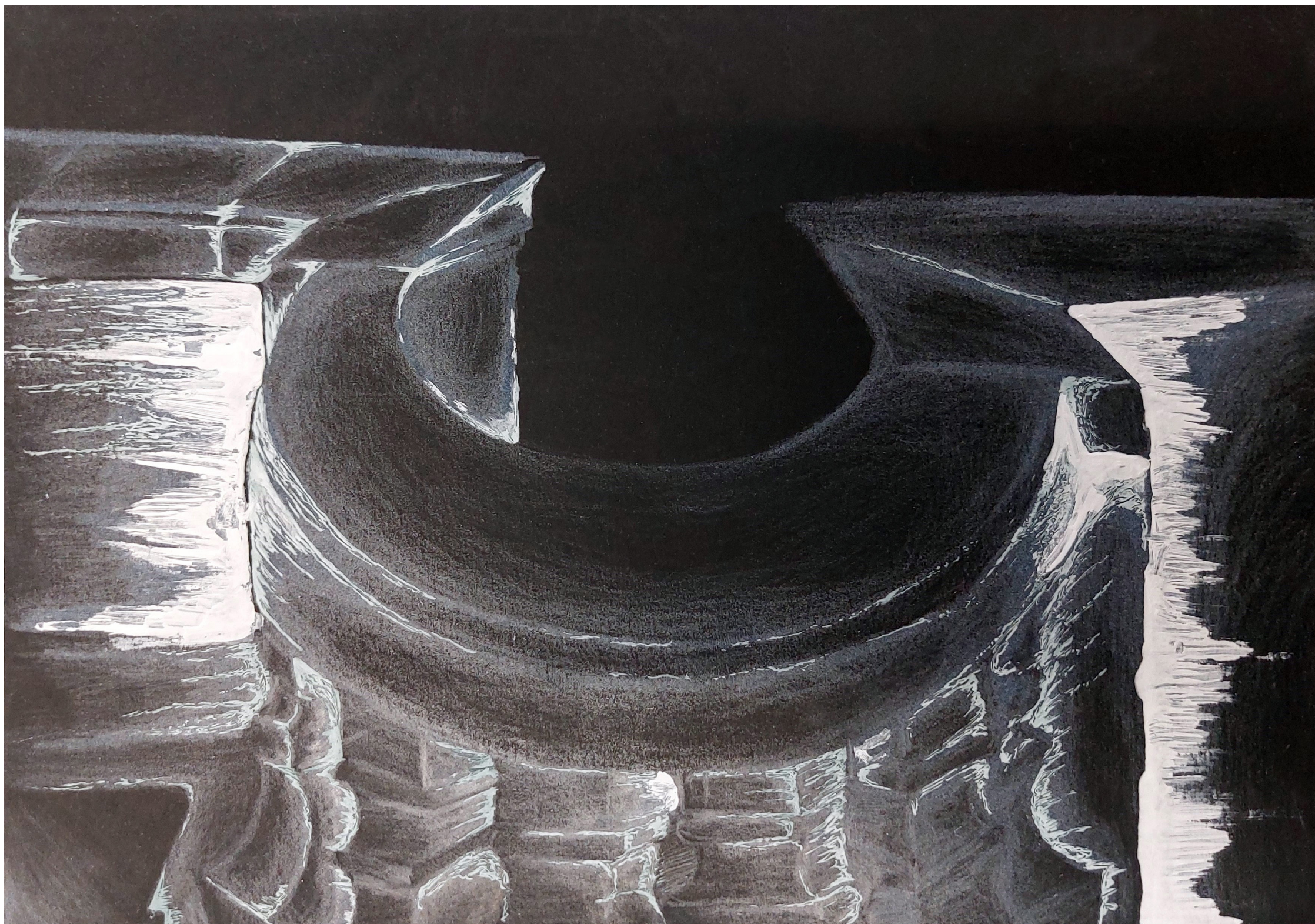
Carolina Figueiredo

1755 | Terramoto de Lisboa
Depois da morte de João Antunes, as obras, agora sob a direção de Manuel do Couto (1657 – c. 1730) pouco tinham avançado. Os trabalhos escultóricos realizados na galilé, atribuídos a Claude Laprade (1687-1740), foram das poucas intervenções a avançar. Receios sobre a estrutura do edifício tinham levado a outra intervenção. Os mestres pedreiros questionavam a solidez da parede da fachada principal. Os enormes janelões do coro alto pareciam ~~resistência~~ aos muros, duvidando-se que a estrutura fosse capaz de suportar a abóbada que deveria cobrir a parte central da igreja. Seguiu-se a opinião de Pierre-Antoine du Verger, diplomata francês e conselheiro de D. João V, e fortaleceu-se essa fachada com a instalação de contrafortes. O terramoto que destruiu parte significativa da cidade, na manhã de 1 de novembro de 1755, não teve impacto na estrutura da igreja em construção.



Danielle Silva

1819 | Macedo e Sá
Se D. João V tivera Mafra como prioridade, a segunda metade do século XVIII ficaria marcada por outras opções. A reconstrução de Lisboa seria uma delas. O Marquês de Pombal nomeou o seu irmão, Paulo de Carvalho e Mendonça para o cargo de Inspetor das Obras de Santa Engrácia; houve um retomar dos trabalhos e, logo c[on]seguida, nova paragem. D. **maria** I atribuiu subsídios às obras, sem grandes efeitos práticos. As obras de Santa Engrácia voltavam a entrar numa fase de adormecimento. No início do século XIX, o tema volta a ser motivo de interesse. Data dessa altura o levantamento feito (alçados e planta) por Honorato de Macedo e Sá, o mais antigo que se conhece. Tinha-se em mente a conclusão das obras. Quase um século e meio decorreria desde o arranque e não se via o fim à vista. A sombra de Simão Pires Sólis pairava sobre a igreja inacabada.



Diana Brás

1836 | Passos Manuel e Mariano Franzini

A partir de 1830 começam a surgir propostas gráficas para a conclusão do edifício. Mariano Alves Pio e José Telles de Faria e Silva propõem, em 1831, o remate com um frontão, sem cúpula no espaço central.

A necessidade de uma conclusão para a obra ganha maior consistência quando, em setembro de 1836, Passos Manuel decreta a criação de um Panteão Nacional, destinado a homenagear as principais figuras de Portugal. A que se segue, em 1837, a proposta apresentada nas Cortes pelo deputado luso-italiano Marino Franzini (1779-1861) de que se instalasse esse panteão na inacabada obra de Santa Engrácia. O panteão francês, com a sua cúpula no espaço central, era certamente o modelo que se queria seguir. Mas não se avança...

A partir de meados do século XIX, o imóvel é cedido ao Ministério da Guerra. Iniciava-se novo ciclo no edifício por concluir, como local de depósito.



Inês Filipe

1882 | Feira da Ladra

Um dos aspetos mais significativos deste espaço tem a ver com a sua envolvente. O Campo de Santa Clara tem edifícios marcantes e monumentais. No limite ocidental está o Mosteiro de S. Vicente de Fora. No limite norte ficam os Palácios Barbacena, Sinel de Cordes e dos Marqueses do Lavradio. Para leste, situa-se o Palácio Resende.

A partir do final do século XIX, o Campo de Santa Clara ganha novo colorido. A partir de 1882 instala-se neste local, às terças-feiras, a Feira da Ladra que, a partir de 1903, se passará a realizar também aos sábados. Foi o fim de uma longa “peregrinação urbana”, que levou a feira a pontos tão diferentes como o Castelo, o Rossio, a atual Praça da Alegria e o Campo de Santana.

A feira, com o seu pitoresco e improvisado comércio, é ponto de passagem obrigatório dos turistas. E faz hoje parte indissociável da imagem do Panteão.

Luís Oliveira

1910 | Classificação

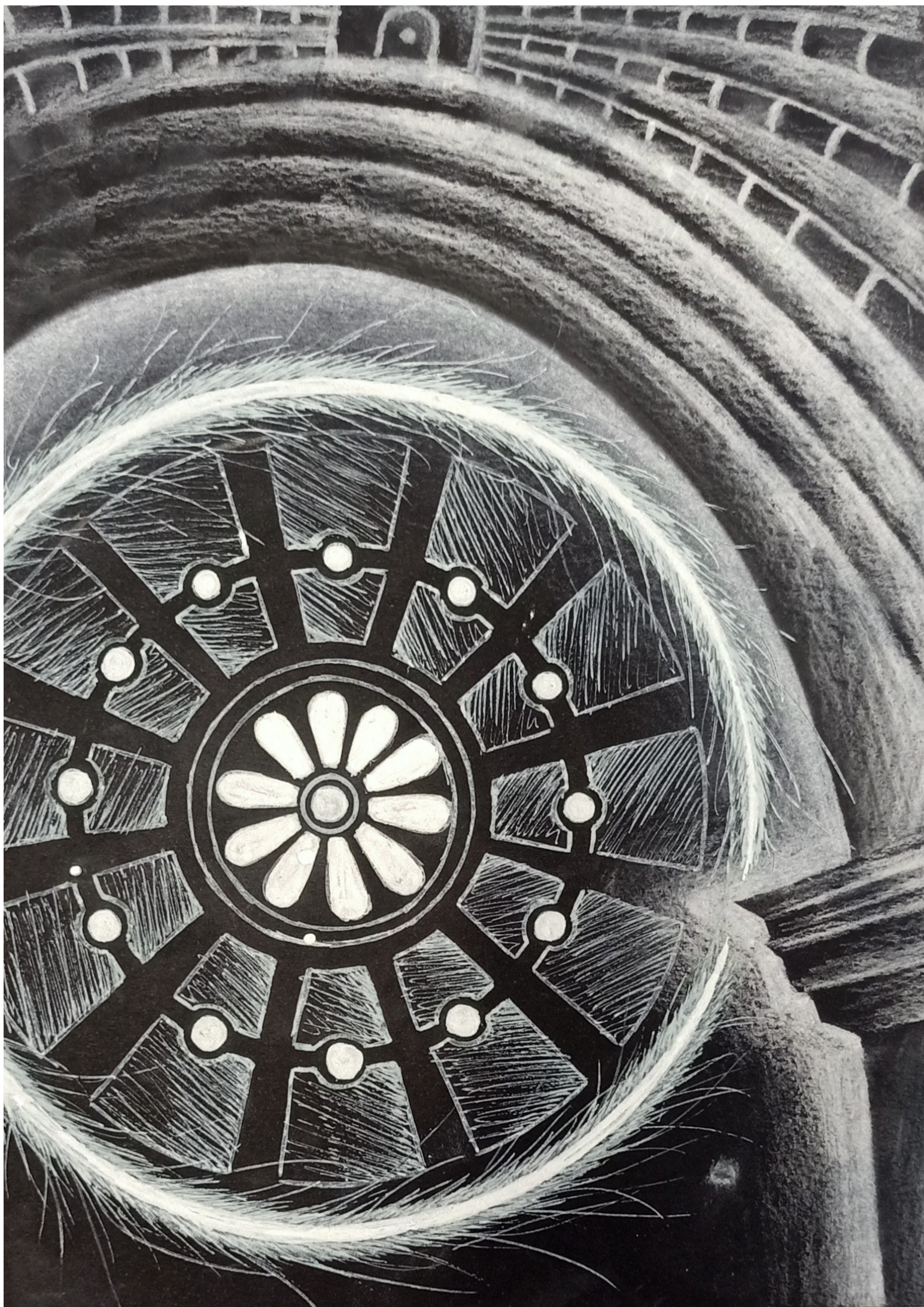
No “Diário do Governo” de 23 de junho de 1910 foi publicada uma extensa lista de imóveis, aos quais foi dada a categoria de “Monumento Nacional”. Na secção referente a “igrejas” surge a classificação da “igreja (incompleta) de Santa Engrácia”. Em 1904 chegara a sugerir-se a instalação de um Museu da Arma da Engenharia no edifício, a par com outras instalações do Exército. Avançava paralelamente a possibilidade de se instalar em Santa Engrácia o Panteão Nacional. Chega mesmo a ser desenvolvido, em 1906, um projeto para remate do edifício, da autoria do arq. Ventura Terra (1866-1919), presidente do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais. A solução proposta conjugava a construção de duas torres, nos ângulos do edifício, com uma cúpula semiesférica central. A basílica de S. Pedro, em Roma, parecia ser a fonte de inspiração para esta proposta de remate.





Luís Oliveira

1910 | Fábrica de calçado
A proposta de Ventura Terra acabou por não vingar. O monumento ainda inacabado permanecia num limbo de que parecia não conseguir sair. Os relatórios da época davam conta do péssimo estado de conservação, tanto interior como exterior. Somavam-se, entretanto, soluções precárias para o edifício. Desde a segunda metade do século XIX que o edifício era utilizado para depósito de materiais diversos, incluindo sucata. A inacabada igreja estava rodeada por outras instalações militares, a que iria dar apoio logístico. Foi, nessa altura, coberta a abertura central – onde hoje vemos a cúpula – com uma estrutura em chapa de ferro e vidro. Em 1910, e ao mesmo tempo que decorria a classificação da igreja, era a mesma entregue ao Depósito Central de Falecimento. Foi, de seguida, adaptada a fábrica de ~~calçado~~ exército. Esta ocupação pelos militares prolongar-se-ia por mais de quatro décadas.



Marta Victor

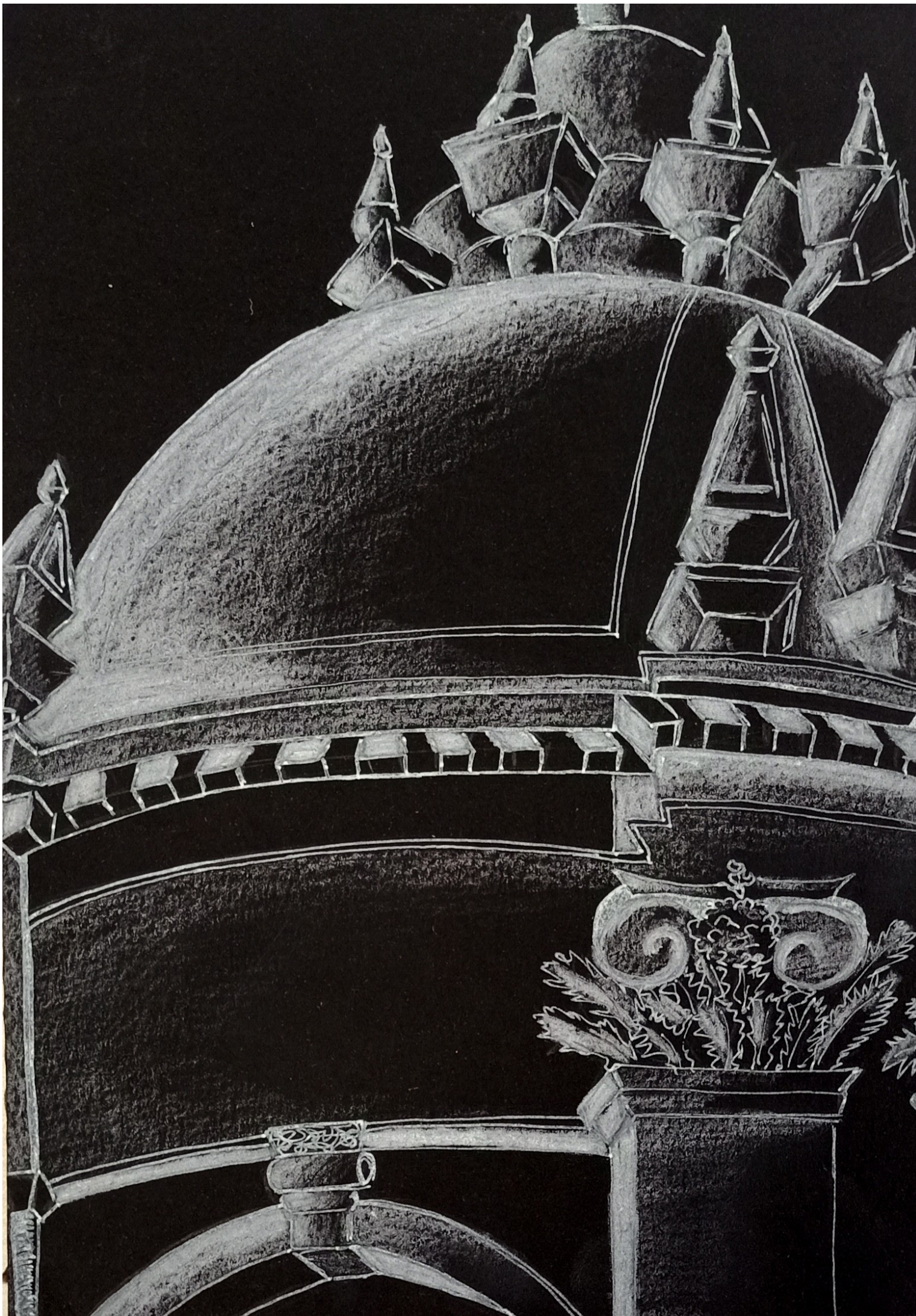
1916 | Bernardino Machado

No “Diário de Governo” de 29 de abril de 1916 era publicada a Lei nº. 520, cujo artigo 1º.

tinha o seguinte texto: “É destinado a Panteão Nacional o antigo e incompleto templo de Santa Engrácia, situado no 1º. bairro da cidade de Lisboa”.

E acrescentava-se, no artigo 2º.: “O Ministério do Fomento tomará posse imediata do edifício mencionado no artigo anterior e suas dependências e promoverá com urgência à elaboração do projeto e orçamento para a mencionada aplicação, sendo ouvido para este efeito o Conselho de Arte e Arqueologia”. Assinavam o diploma Bernardino Machado (Presidente da República), Afonso Costa (Ministro das Finanças) e Francisco Fernandes Costa (Ministro do Fomento).

As intenções eram excelentes, mas Portugal acabara de entrar na Grande Guerra, e rapidamente outras preocupações tomaram o primeiro plano. O Panteão Nacional iria ter de esperar.

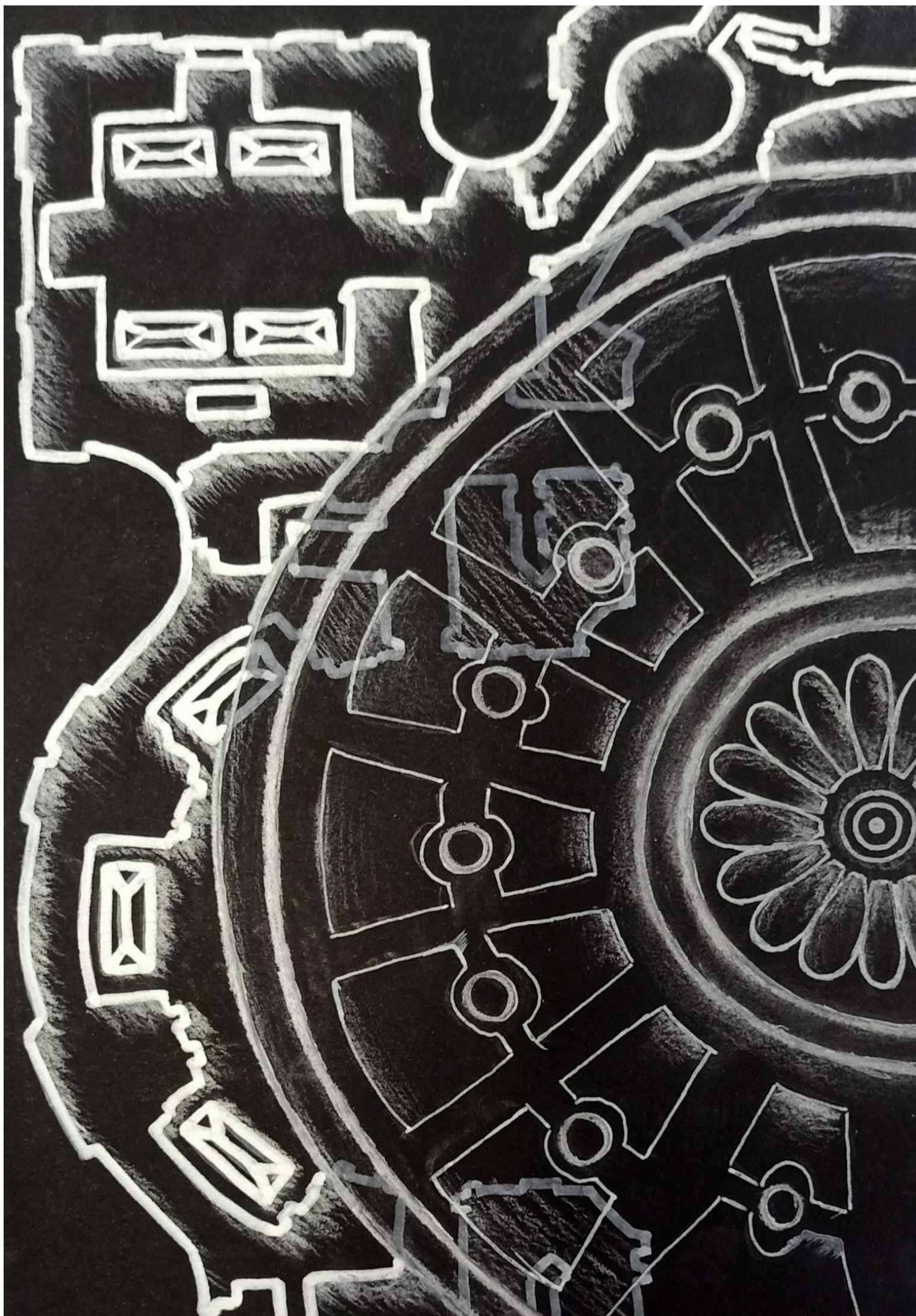


Matilde Riscado

1934 | Criação de Comissão para estudar adaptação a Panteão

No final de 1934 um importante passo foi dado, ou parecia ter sido dado, para haver uma solução definitiva. Criava-se uma comissão para “estudar as bases do concurso de projetos de adaptação da Igreja de Santa Engrácia a Panteão Nacional”. Integravam o grupo de trabalho nomes de peso: João Pereira da Silva Dias, que presidia à comissão e era diretor do Ensino Superior de Belas-Artes; Júlio Dantas, da Academia de Ciências de Lisboa; José de Figueiredo, presidente da Academia Nacional de Belas-Artes; Gustavo de Matos Sequeira, arqueólogo; Luís Pastor de Macedo, vereador da Câmara Municipal de Lisboa; Luís Cristino da Silva, arquiteto; e Carlos Ribeiro, chefe do expediente da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos Nacionais.

A Comissão não produziria resultados práticos, mas relançou o debate em torno da solução definitiva a adotar.



Paloma Flor

1956 | O projeto de Luís Amoroso Lopes
Ao longo de duas décadas sucedem-se as propostas de remate para o edifício. A ideia de uma cúpula está presente em quase todas elas. Vemo-la nos desenhos de Bernardino Coelho (1936), de Luís Benavente (1953), de António Lino (1956), de Raul Lino (1956) e de Joaquim Areal e Silva (1956). A possibilidade de se construir uma cripta foi avançada por António do Couto e Rui do Couto (1944), fazendo também parte do projeto de Luís Benavente. Tomando como base S. Pedro do Vaticano, Luís Amoroso Lopes, arquiteto da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, apresentou várias propostas de trabalho, sendo uma delas adotada e posta em prática. A cúpula desenhada por Amoroso Lopes tem a mesma altura que a estrutura pré-existente. Quer isto dizer que a nova construção duplicou, em altura, o edifício anterior e criou um poderoso elemento de identificação na linha de horizonte da cidade.



Rodrigo Dias

1966 | Inauguração

As obras iniciadas em 1682 ficaram concluídas em 1966. Tinham passado 284 anos. Simão Pires Sólis falecera há 335 anos. A maldição era, finalmente, derrotada. A inauguração da igreja-panteão teve lugar no dia 7 de dezembro de 1966. O ato, com a presença dos principais magistrados da Nação, e devidamente abençoada com a presença do Cardeal-Patriarca, revestiu-se de um pesado simbolismo nacionalista. Ao mesmo tempo que se homenageavam algumas das principais figuras da História de Portugal, o Estado Novo, sob grande pressão interna e externa, criava um derradeiro momento de afirmação. Para evitar eventuais polémicas com a escolha dos homenageados, optou-se por trasladar para o Panteão Nacional quem se encontrava nos Jerónimos: três presidentes (Teófilo Braga, Sidónio Pais e Óscar Carmona) e três escritores (Almeida Garrett, João de Deus e Guerra Junqueiro).



Rodrigo Machado

1974 | 25 de abril

A Revolução de abril de 1974 representou, a muitos títulos, um corte radical com o passado. O Panteão Nacional, dirigido por um historiador com fortes laços com o regime fascista, não escapou a essa mudança. Durante mais de uma década, o monumento permaneceria “congelado” no tempo. A sua imagem de Panteão nacionalista, glorificador de um passado heróico, não se enquadrava nos novos tempos. Sem se colocar verdadeiramente em causa a lógica e a existência deste Panteão, o monumento passou para um limbo de semi-esquecimento.

Ao contrário do que sucedia com outros monumentos nacionais dependentes da tutela do Estado, não havia aqui um programa de iniciativas ou de promoção do conhecimento em torno do edifício e da sua história. O Panteão Nacional parecia tornar-se um espaço algo incómodo, com o qual a Democracia lidava mal.



Samuel Oliveira

1990 | Marechal Humberto Delgado

No dia 5 de outubro de 1990 teve lugar a trasladação de Humberto Delgado (1906-1965) para o Panteão Nacional. Era Mário Soares Presidente da República. O ato revestiu-se de particular significado. Por um lado, homenageava-se um resistente que tinha sido assassinado pela polícia política do regime fascista. Por outro, criava-se, por essa via, um verdadeiro ambiente de reconciliação do regime democrático com o Panteão Nacional.

A panteonização de Humberto Delgado, elevado a marechal no dia 5 de outubro de 1990, abriu caminho a um conjunto de outras homenagens: Amália Rodrigues (2001), Manuel de Arriaga (2004), Aquilino Ribeiro (2007), Sophia de Mello Breyner Andresen (2014), Eusébio da Silva Ferreira (2015), Aristides de Sousa Mendes (2021) e Eça de Queiroz (2025).

As figuras que foram sendo incorporadas no monumento são, por diferentes razões, personalidades de inegável importância.



Sara Cardoso

2021 | Aristides de Sousa
Mendes

A homenagem a Aristides de Sousa Mendes, que teve lugar em 19 de outubro de 2021, revestiu-se de particular significado. Do ponto de vista formal, foi a primeira vez que uma panteonização teve lugar sem que o corpo estivesse presente. Optou-se pelo descerramento de uma placa com o nome do homenageado, numa cerimónia que teve exatamente a mesma formalidade e dignidade de qualquer outra.

Tratou-se, por outro lado, de reparar a memória de alguém que prejudicara a própria carreira profissional, ao decidir que não iria cumprir as ordens que chegavam de Lisboa. Os vistos emitidos em Bordéus, naquele mês de junho de 1940, salvaram milhares de vidas, sobretudo de judeus, que fugiam à perseguição do regime nazi. Ao acolher no Panteão Nacional um “justo entre as nações”, Portugal conferiu ao monumento um simbolismo abrangente e fraterno. Algo que era necessário e que dá sinais para o futuro.

